



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
CAMPUS SANTANA

LEOMAR MADUREIRA CARVALHO
VANUZA COELHO DOS SANTOS

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA E OS DESAFIOS DAS AULAS
REMOTAS: as práticas pedagógicas e as tecnologias

SANTANA

2022

LEOMAR MADUREIRA CARVALHO

VANUZA COELHO DOS SANTOS

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA E OS DESAFIOS DAS AULAS

REMOTAS: as práticas pedagógicas e as tecnologias

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia - EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, campus Santana, componente curricular Seminário TCC III, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Prof.^a Orientadora: Ma. Karla Cristina Andrade Ferreira

SANTANA

2022

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- C331e Carvalho, Leomar Madureira
 Educação em tempos de pandemia e os desafios das aulas remotas: as práticas pedagógicas e as tecnologias / Leomar Madureira Carvalho, Vanuza Coelho dos Santos . - Santana, 2022.
 39 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Santana, Curso de Licenciatura em Pedagogia (Ead), 2022.
- Orientadora: Ma.Karla Cristina Andrade Ferreira.
1. Pandemia de covid 19. 2. Ensino remoto. 3. Práticas pedagógicas . I. Santos , Vanuza Coelho dos. I. Ferreira, Ma.Karla Cristina Andrade , orient. II. Título.

LEOMAR MADUREIRA CARVALHO

VANUZA COELHO DOS SANTOS

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA E OS DESAFIOS DAS AULAS

REMOTAS: as práticas pedagógicas e as tecnologias

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como
requisito para obtenção do grau de Licenciado em
Pedagogia pela Banca Examinadora formada por:

BANCA EXAMINADORA

Karla Cristina Andrade Ferreira

Profa. Ma. Karla Cristina Andrade Ferreira

(Orientadora)

Valdiney Valente Lobato de Castro

Prof. Dr. Valdiney Valente Lobato de Castro

(Avaliador)

Efigênia das Neves Barbosa Rodrigues

Profa. Ma. Efigênia das Neves Barbosa Rodrigues

(Avaliadora)

Apresentado em: 30/04/2022.

Conceito/Nota: 10

“Dedico esse trabalho a minha esposa, que sempre foi uma grande companheira e parceira de todas as horas”.

“Dedico esse trabalho ao meu marido querido que teve que suportar tantos momentos de ausência para que esse trabalho fosse realizado”.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, por toda força, ânimo e coragem que nos ofereceu para ter alcançado os nossos objetivos e metas durante todo o Curso, sem Ele nada seria possível.

Ao Instituto Federal do Amapá, queremos deixar uma palavra de gratidão por ter nos recebido de braços abertos e com todas as condições nos proporcionaram dias de aprendizagem muito ricos.

Aos professores, reconhecemos o esforço gigante com muita paciência e sabedoria, principalmente em um “novo momento” tão diferente, com maestria e dedicação, superando todas as dificuldades foram eles que nos deram recursos e ferramentas para evoluir um pouco mais todos os dias.

Aos nossos familiares e amigos porque foram eles que nos incentivaram e inspiraram através de gestos e palavras a superar todas as dificuldades, compreenderam a nossa ausência enquanto nos dedicávamos à realização do nosso Curso.

A todas as pessoas que de alguma forma nos ajudaram a acreditar que “tudo é possível Naquele que nos fortalece” (Filip. 4:13) nós queremos deixar um agradecimento eterno, pois sem elas não teria sido possível.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

(FREIRE, 2000, p. 67).

RESUMO

A pandemia de Covid-19 gerou transformações no mundo todo e em todas as esferas da sociedade houve a ocorrência de impactos psicológicos, sociais e, sobretudo educacionais. O presente trabalho tem como objetivo investigar, através de literaturas especializadas, o contexto da educação em tempos de pandemia, bem como os desafios enfrentados no processo de ensino aprendizagem remoto. Trata-se de uma pesquisa social exploratória de natureza qualitativa, bibliográfica e documental quanto à coleta de dados, a revisão de literatura narrativa foi utilizada para levantamento dos dados bibliográficos a partir de consultas a materiais já publicados por autores e teóricos, dentre eles destacaram-se os seguintes: Cordeiro (2020), Tomazinho (2020), Arruda (2020), Oliveira (2020), Loureiro (2022) que tratam com muita evidência a temática em questão. E quanto ao âmbito documental a pesquisa valeu-se de documentos oficiais publicados por órgãos do governo como Resoluções e Decretos, com o propósito de regular e direcionar os trabalhos e atividades educacionais em todo o território brasileiro, de forma responsável e protetiva da vida dos profissionais da educação, dos discentes e seus familiares. Nesse sentido, conclui-se que, diante da nova realidade imposta pela situação da pandemia da Covid-19, o processo educativo envolve toda a sociedade. Do ponto de vista pedagógico o ensino remoto exige a mobilização e a articulação de todas as condições materiais humana e tecnológicas essenciais para assegurar o avanço dos métodos educacionais dos estabelecimentos de ensino, contribuindo para minimizar os danos à aprendizagem em meio ao caos, de modo a incentivar os alunos a enfrentar, da melhor maneira possível os desafios da sociedade causados pela Pandemia por Covid-19.

Palavras-Chave: ensino remoto; pandemia; tecnologias; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic generated transformations worldwide and in all spheres of society there were psychological, social and, especially educational impacts. The present work aims to investigate, through specialized literature, the context of education in times of pandemic, as well as the challenges faced in the remote teaching-learning process. This is an exploratory social research of a qualitative nature, bibliographic and documental as to data collection, the narrative literature review was used for the survey of bibliographic data from consultations to materials already published by authors and theorists, among them we highlight the following: Cordeiro (2020), Tomazinho (2020), Arruda (2020), Oliveira (2020), Loureiro (2022) that treat with much evidence the theme in question. As for the documentary scope, the research was based on official documents published by government agencies such as Resolutions and Decrees, with the purpose of regulating and directing the work and educational activities throughout the Brazilian territory, in a responsible and protective way of the lives of education professionals, students and their families. In this sense, it is concluded that, in the face of the new reality imposed by the Covid-19 pandemic situation, the educational process involves the whole society. From the pedagogical point of view, remote education requires the mobilization and articulation of all material human and technological conditions essential to ensure the advancement of educational methods of educational institutions, contributing to minimize the damage to learning amid the chaos, in order to encourage students to face, in the best possible way, the challenges of society caused by the Pandemic by Covid-19.

Key-words: remote learning. pandemic. technologies. pedagogical practices.

LISTA DE SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i> ‘Corporação Britânica de Radiodifusão’
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
COVID-19	Corona Vírus Doença - 2019
EAD	Educação a Distância
ERE	Ensino Remoto Emergencial
EUA	Estados Unidos da América
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMS	Organização Mundial da Saúde
TIC’s	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PANDEMIA DA COVID-19: ISOLAMENTO SOCIAL	14
3 O ENSINO REMOTO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19.....	16
3.1 Metodologias desenvolvidas para auxiliar nas atividades propostas no ensino remoto....	19
3.2 O ensino remoto suas principais características e ferramentas digitais.....	21
3.3 Políticas educacionais e o não acesso as tecnologias digitais	23
4 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID 19: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS TECNOLOGIAS	26
4.1 O ensino remoto e a realidade na prática de professores alfabetizadores	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
ANEXOS	37

1 INTRODUÇÃO

A relevância e a necessidade do desenvolvimento dessa temática no campo educacional evidenciaram-se diante da reflexão sobre o ato de educar em tempos de pandemia, em virtude do caráter emergencial, proveniente da profunda crise sanitária mundial que devasta o país desde fevereiro de 2020, pela pandemia do COVID- 19, cujo agente é o SARS-CoV-2 um tipo de vírus altamente contagioso denominado de novo coronavírus. E que impôs sérias medidas para proteção à vida e controle da expansão da doença.

Este contexto pandêmico estendeu-se por todo o mundo, levando as autoridades internacionais a aconselharem como medida de prevenção ao contágio e segurança sanitária a adoção de medidas emergenciais, dentre elas tornou-se essencial instituir-se o distanciamento social, a contenção de aglomerações e um preventivo período de reclusão das pessoas em suas moradias, com iniciativas de incentivo via mídias sociais e sistemas de comunicação em massa como a da campanha “Fique em Casa” que, no Brasil, foi criada nas redes sociais e divulgada nas mesmas e nos demais meios de comunicação dentre eles rádios e redes de televisão.

Esse movimento pelo distanciamento e isolamento social em prol da salvação de vidas humanas, que eram dizimadas pela pandemia mundo a fora e no território brasileiro, forçou o fechamento de instituições comerciais, espaços de convivência, centros culturais e artísticos, universidades e escolas, que tiveram que cerrar suas portas por não terem como oferecer aos alunos nenhuma proteção eficaz de combate ao vírus e preservação da vida. Especialmente no período anterior à origem das vacinas, em que milhares morriam por dia, abatidos pela COVID-19 em meio ao desespero e morte de profissionais da saúde que se sacrificavam no corpo a corpo, sem nem mesmo equipamentos de segurança adequados e em quantidade suficiente para atender a demanda.

Em meio ao caos instalado, agravantes surgiram complicando o panorama do contágio e disseminação da doença, como a atitude da autoridade do mais alto poder executivo do país, que usando de influência política difundiu o negativismo quanto à existência e letalidade da doença e assim induziu pessoas a não adotarem as medidas protetivas levando-as a contaminarem-se e a disseminar o vírus em muitos ambientes, inclusive escolares, dificultando a condução das medidas em prol da vida e combate à doença. (Situação ainda atual, pois esse trabalho está sendo elaborado em pleno período pandêmico).

E como dito, as instituições educacionais que já sofrem com carências básicas, não tiveram outra alternativa a não ser fecharem seus portões na tentativa de salvarem a vida de

suas comunidades, decretando a suspensão das atividades escolares presenciais, e modificando a rotina de milhões de profissionais da educação, estudantes e familiares atingindo todo o país.

Entretanto, educar se faz necessário em todo o tempo, mesmo em plena pandemia. E as instituições e órgãos que administram o sistema educacional nacional precisaram rever suas práticas, considerar alternativas e buscar meios e soluções para que a vida acadêmica não sucumbisse em meio às restrições impostas pela pandemia.

Para que as atividades educacionais tivessem continuidade, após um primeiro momento de muitas considerações pelas autoridades, foi adotado o ensino remoto como uma alternativa para viabilizar a continuidade do ano letivo. Diante disso, surgiu um grande desafio para os docentes, os quais precisaram se adaptar a este novo método de ensino, tendo como agravante o fato de que muitas escolas ainda não possuem recursos e plataformas necessárias para a realização das aulas remotas de acordo com um mínimo necessário para execução das mesmas. Segundo pesquisa da UNDIME- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) (2020):

Apesar do investimento no contato com os pais para apoio nas atividades escolares, nem todos conseguiram êxito com os pais ou com os alunos (51%). Segundo estudos da Fundação Lemann & Itaú Social, 96% dos pais relataram ter ao menos um aparelho celular em casa. (UNDIME/CONSED, 2020 *apud* GRACINO, SILVA, VAZ, LEAL. 2021, p.6)

O registro desse momento histórico de busca e as soluções encontradas é que inspiraram a dupla de pesquisadores a realizarem essa pesquisa que foi intitulada: **Educação em Tempos de Pandemia e os Desafios das Aulas Remotas: as Práticas Pedagógicas e as Tecnologias**, cujo objetivo geral foi investigar através de literaturas especializadas, o contexto da educação em tempos de pandemia, bem como os desafios enfrentados no processo de ensino aprendizagem remoto.

Para sustentar essa análise, na busca de melhores resultados, elegeram-se os seguintes objetivos específicos: a) descrever o ensino remoto no contexto da pandemia causada pela COVID-19; b) identificar as metodologias que auxiliaram nas atividades com os alunos no ensino remoto; c) verificar como as políticas educacionais foram desenvolvidas para contornar o problema, de vários alunos, da falta de condições de acesso às tecnologias digitais e *internet* para as atividades remotas.

Quanto ao objetivo trata-se de uma pesquisa social exploratória, de natureza qualitativa, que para levantamento e coleta dos dados recorreu a pesquisa bibliográfica e

documental usando a metodologia da revisão de literatura narrativa, elaborada a partir de materiais já publicados e que adotou a análise de conteúdo para lidar com os dados e informações coletados pela investigação documental e bibliográfica de produções como artigos e livros físicos e digitais de teóricos que abordaram o tema e que dentre eles destacaram-se os seguintes: Cordeiro (2020), Tomazinho (2020), Arruda (2020), Oliveira (2020), Loureiro (2022) que tratam com muita evidência sobre a temática em questão. E quanto ao âmbito documental a pesquisa valeu-se de documentos oficiais publicados por órgãos do governo como Resoluções e Decretos destinados a regular e direcionar os trabalhos e atividades educacionais em todo o território brasileiro, de forma responsável e protetiva da vida dos profissionais da educação, dos discentes e seus familiares.

A respeito da pesquisa exploratória Silveira e Córdova (2009) informam que os métodos empregados são amplos e versáteis e que compreendem: levantamentos em fontes secundárias, levantamentos de experiências, estudos de casos selecionados e observação informal.

Sobre a natureza qualitativa da pesquisa ainda afirmam Silveira e Córdova (2009, p.6) que “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

A revisão de literatura do tipo narrativo, segundo Ferenhof; Fernandes; (2016) “não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes das informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas”. Ou seja, trata-se de um estudo em que as fontes não se esgotam, no qual alguns trabalhos científicos em torno da temática enfatizada são selecionados para a análise, não abarcando toda a literatura que versa sobre o assunto faz-se a análise da literatura publicada em livros, artigos de revistas impressas e ou eletrônicas. “A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos”. (FERENHOF; FERNANDES, 2016).

Quanto a técnica de análise dos dados coletados recorreu-se a análise de conteúdo que segundo Bardin, (1977 *apud* Oliveira, 2011): “análise de conteúdo é um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações [...]” que tem por objetivo enriquecer a leitura e ultrapassar as incertezas, extraindo conteúdos por trás da mensagem analisada.”

Esclarecendo a diferença entre fonte bibliográfica e documental Oliveira, 2011 afirma

A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes: enquanto a bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores, a

documental vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico, podendo ser reelaboradas de acordo com os objetos da pesquisa. (OLIVEIRA, 2011 p.40)

Utilizando-se, essa investigação, para alcançar seus objetivos, de artigos que foram analisados e que compuseram o corpo do trabalho, juntamente com documentos que ampararam a mudança na metodologia do trabalho educacional remoto e híbrido como decretos e resoluções do MEC.

A problemática da pesquisa se deu em torno do contexto da educação em tempos de pandemia, bem como os desafios enfrentados no processo de ensino aprendizagem remoto. Tema que norteou este trabalho com a seguinte situação problema: Quais os desafios enfrentados no processo ensino aprendizagem na utilização das tecnologias para o ensino remoto no contexto da pandemia por COVID-19?

Diante do exposto, fez-se de extrema importância que o poder público, os pais, os profissionais da educação e saúde discutissem sobre como enfrentar o cenário imposto à educação brasileira.

De acordo com os objetivos específicos esse trabalho está estruturado em 4 sessões em que a 1ª é a introdução, onde são contextualizados os problemas e objetivos além da metodologia utilizada na pesquisa. A 2ª em que são tecidas considerações sobre a pandemia e o isolamento social imposto pela mesma. Em seguida na 3ª é abordado o ensino remoto no contexto da pandemia, suas características e ferramentas digitais; na 4ª sessão consideram-se os desafios da educação em tempos de pandemia de covid-19; as práticas pedagógicas e as tecnologias, e a realidade na prática do professor. Em seguida são apresentadas as considerações finais.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PANDEMIA DA COVID-19: ISOLAMENTO SOCIAL

Segundo Satie (2020) o termo Pandemia é usado quando uma doença evolui avançando as fronteiras e alcançando a esfera global, indo além de países e/ou continentes. Outra característica importante das pandemias é o seu alto grau de contágio, bem como a rapidez com que isso acontece afetando um número considerável de populações. Quando uma doença se torna pandêmica, sua qualificação é de responsabilidade da Organização Mundial de Saúde (OMS) que adota como critério de classificação a transmissão de no mínimo três continentes. Caso contrário, se a doença não atender a esse critério, a mesma não será caracterizada como pandemia.

A pandemia da Covid-19 gerou transformações no mundo todo e em todas as esferas da sociedade, principalmente, por se tratar de uma doença desconhecida e de vasta gama de efeitos sobre o organismo humano difíceis de superar. Segundo informam os médicos Mcintosh, Hisch e Bloom (2020) grande parte da população mundial não conhecia o termo coronavírus. O fato é que, esse termo passou a ser destaque no mundo todo através das redes sociais, noticiários da TV, rádios, revistas, artigos científicos, enfim, todos os veículos de comunicação. Assim sendo, quem hoje ouve o termo logo o associa à pandemia por COVID-19. A doença, por sua vez, tem atuado de modo violento em todos os continentes do planeta.

Em razão do alto poder de contágio e grau de letalidade da COVID-19, ao longo do ano de 2020 e 2021, foram recomendadas ampla gama de medidas protetivas para conter e prevenir a disseminação da doença. Medidas de higiene básica como: lavar as mãos com água e sabão frequentemente, higienização das mãos com álcool a 70% e o distanciamento entre as pessoas, seguido pelo isolamento social. Essas medidas foram regulamentadas no mundo todo, aqui no Brasil houve a emissão de Portarias e Decretos especialmente expedidos pelos Estados e municípios que por decisão do Supremo ganharam autonomia para administrar os cuidados preventivos contra a doença.

Entretanto, nenhum país estava preparado para enfrentar tal grave panorama pandêmico e entre tentativas de conter a contaminação, cada país desenvolveu planos de contenção. Em regiões onde o isolamento social não foi suficiente, adotou-se o *lockdown* - expressão inglesa que indica fechamento de estabelecimentos públicos e privados dos mais diversos ramos de atividades - além de toque de recolher sob intensa vigilância dos órgãos de segurança pública.

Já o isolamento social, como informa Sayuri, jornalista da BBC – Tóquio (2020) consiste em uma quarentena ou isolamento, imposto aos indivíduos de uma região. Segundo a jornalista, este se efetiva de maneira diferenciada em cada país, podendo ser de curto ou longo prazo. O objetivo é evitar o convívio social e, conseqüentemente, foi o mais indicado na nova realidade imposta pela COVID-19, já que o grau de transmissão do vírus é muito alto.

Os impactos gerados pelo isolamento social na economia foram expressivos, mas, não se restringiu a essa área, impactou também as formas de se relacionar, o convívio familiar, a psique das pessoas, dentre tantos outros efeitos. Ainda não se tem um tratamento específico através de uma droga que seja capaz de conter a COVID-19, mas em alguns países desenvolvidos, algumas iniciativas estão sendo testadas por grandes empresas do ramo farmacêutico.

O que restou como alternativa foi o investimento empreendido por vários países na busca por vacinas que controlassem o avanço da doença e foi, assim que em novembro de 2020 a Rússia registrou a primeira vacina contra o Novo Coronavírus, a Sputnik V, desenvolvida pelo Centro de Pesquisa Gamaleya e iniciando, na última semana daquele mesmo mês, a campanha de vacinação gratuita para a população daquele país. Pouco tempo depois nos EUA e na China foram concluídos novos imunizantes que comercializados para muitos países possibilitaram o início das campanhas de imunização pelo mundo. Apesar de que os países mais pobres ainda negociam a aquisição de tais vacinas com a OMS e os fabricantes. Entretanto, ainda não foi descoberto um imunizante que garanta proteção total contra a doença, além de que o vírus tem apresentado diversas variantes, modificando-se de região para região, país para país o que dificulta o seu controle.

Diante desse panorama os impactos psicológicos e sociais ainda são sentidos sobretudo no ambiente educacional que, atingido em cheio por todas essas circunstâncias, teve que buscar adaptações para minimizar as conseqüências geradas pela pandemia da COVID-19.

3 O ENSINO REMOTO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Sobre os impactos no ambiente educacional tornou-se necessário reconsiderar a prática docente usual, CORDEIRO (2020) afirma que “Reaprender a ensinar e reaprender a aprender, são os desafios em meio ao isolamento social na educação de nosso país”.

Lembrando que Freire aponta como característica principal da existência humana, a capacidade que temos de reconhecer e transformar a realidade e nós mesmos, e assim afirma que o ser humano está em constante construção por não possuir a condição de ser acabado - completo. Para Freire, “Onde há vida, há inacabamento” (1996, p. 22).

Uma vez que somos seres inacabados temos capacidade de nos reinventarmos e assim foi que educadores do Brasil todo, por terem as atividades de ensino presencial suspensas por tempo indeterminado, tiveram que reaprender a ensinar, mas, para isso antes tiveram que reaprender a aprender.

Com a paralisação das atividades educacionais foi emitida a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, feita pelo Ministério da Educação (MEC), como consta em anexo, autorizando a “substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2020). Essa determinação passou a ser denominada de ensino remoto emergencial (ERE), tendo em vista a necessidade de se manter um calendário letivo semelhante ao proposto antes da pandemia, porém sem o contato inerente à educação tradicional (TOMAZINHO, 2020).

Em 01 de abril de 2020 o governo federal publicou a Medida Provisória 934, estabelecendo normas excepcionais sobre o ano letivo da Educação Básica e do Ensino Superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, autorizando o reajuste do calendário escolar com o intuito de adequar as aulas escolares à nova realidade que o país vivencia durante a pandemia, desobrigando as instituições de cumprir os 200 dias letivos, desde que mantenham as 800 horas (BRASIL, 2020).

Mesmo com a determinação da Portaria/MEC 343/2020 e as demais determinações emitidas “A dúvida de professores, especialistas e sociedade é como fazer isso, pois, nenhum sistema estava preparado para uma pandemia de tamanha proporção” CORDEIRO (2020). Assim o ensino remoto emergencial deu-se de várias formas, mesmo que a maioria dos profissionais optassem pelas aulas *online* nem todos os alunos dispunham de acesso às tecnologias digitais mostrando, porém, que essa alternativa apresentava limitações, apesar de mostrar-se como a mais viável naquele momento inicial de retorno às atividades de ensino.

Nem só de ensino *online* sobreviveu a educação, em muitos lugares professores e coordenadores disponibilizaram atividades impressas aos alunos, as quais eram retiradas nas escolas, realizadas em casa e posteriormente devolvidas aos professores. Na modalidade *online* foram utilizados recursos como salas de videoconferências, aplicativos de mensagens, redes sociais, plataformas digitais, e em alguns casos recorreu-se até mesmo a modalidade EAD através de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA). Entretanto, essa urgente adesão ao ensino remoto exigia dos professores, coordenadores e gestores um posicionamento para adaptar o currículo nesse meio digital, nesse período nas escolas públicas do Amapá, por exemplo, não foi possível aos professores acompanharem de perto a resolução das atividades, como no ensino presencial e não foram realizadas atividades avaliativas como normalmente se fazia, diante de toda a dificuldade em muitas escolas de educação básica convencionou-se a aprovação para as séries seguintes ao final dos anos letivos de 2020 e 2021 de todos os alunos que participavam das aulas remotas e/ou realizavam as tarefas e até mesmo de alunos que não participavam, pois as escolas não tinham como prover a assistência necessária.

Conforme Dias e Pinto (2020), a educação remota não pode ser um fim em si mesma. Destaca-se que nem mesmo os professores que já adotavam ambientes *online* nas suas práticas, imaginavam que seria necessária uma mudança tão rápida devido à expansão da COVID-19 (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020). É válido ressaltar que a Educação Remota *online* digital se diferencia da Educação a Distância (EAD) pelo caráter emergencial, pois propõe usos e apropriações das tecnologias em circunstâncias específicas de atendimento em que antes existia regularmente a Educação Presencial (ARRUDA, 2020).

O ensino remoto adotado em meio à pandemia do novo Corona vírus trouxe diversas mudanças para o cenário educacional brasileiro. Com o fechamento das escolas, como medida preventiva para impedir a disseminação do novo coronavírus, chama atenção para seriedade da situação e conduz a tomada de decisão junto à comunidade atendida por cada unidade escolar. Essa atenção tem como propósito orientar, conscientizar e preparar toda a comunidade escolar para as ações do controle da pandemia e discussão sobre a possibilidade e características da oferta das aulas por mediação tecnológica.

De acordo com Pasini, Carvalho e Almeida (2020, p.8), “os diálogos educativos nas escolas, a educação durante a pandemia – e no após – estão e estarão circundadas de questões culturais e de saúde que possivelmente ficarão presentes no cotidiano do ambiente escolar”. Percebe-se dessa forma que o ensino remoto é um processo que veio para colaborar com a situação no panorama da pandemia, mas não é possível sua utilização por tempo muito prolongado, uma vez que em certos níveis de ensino, como nas séries iniciais do Ensino

Fundamental faz-se necessário alguém que auxilie na administração dos estudos, por várias situações pessoais e familiares dos alunos – como pais com pouca ou nenhuma escolarização, o auxílio aos estudantes na execução das tarefas é inviável, por esse e outros fatores não tem como pensar que possa substituir as aulas presenciais definitivamente, na realidade brasileira a necessidade da interação dos alunos com o professor para acompanhamento e assistência no processo ensino aprendizagem é essencial.

Conforme Peres (2020, p. 23) no contexto educacional, a pandemia segregou os profissionais, os estudantes e seus familiares de modo que “passa-se a conviver por um lado, com preocupações ligadas a questão prioritária da saúde física e emocional e, por outro lado, com a desestabilização, das questões educacionais, provocada pela repentina suspensão das aulas presenciais” e pela emergência de aulas em plataformas digitais. Os profissionais da educação e os estudantes afastaram-se desse espaço e, na tentativa de manter contato, tiveram, como interface de comunicação, as tecnologias da informação e comunicação intermediadas pela *internet*.

As plataformas educacionais tiveram importante papel no desenvolvimento da comunicação, tornou-se uma aliada no desdobramento das atividades pedagógicas, tem como objetivo através de textos e imagens facilitar o processo de ensino aprendizagem.

Mesmo dentro desse novo contexto educacional a aprendizagem deve se organizar de acordo com Delors (1998), a partir de quatro pilares fundamentais:

Aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. (DELORS, 1998, p. 90).

Nesse universo das práticas formais escolares a importância do conhecer, e em menor proporção o fazer, se sobrepõem às demais. Por isso, é necessário difundir modos de ensinar que considere a integralidade do ser humano. Ensinar remotamente não é sinônimo de ensinar a distância, embora esteja diretamente relacionado ao uso de tecnologia e, nesse caso, digital. O Ensino Remoto permite o uso de plataformas já disponíveis e abertas para outros fins, que não sejam estritamente os educacionais, assim como a inserção de ferramentas auxiliares e a introdução de práticas inovadoras (GARCIA et al., 2020).

Durante todo esse período professores deveriam ser incentivados pela gestão escolar a desenvolverem habilidades na utilização de recursos tecnológicos, aprimorando assim, sua prática na utilização de recursos audiovisuais e outros. Em todos os momentos seriam desafiados a conhecer, manusear e se posicionar criticamente sobre informações das mais

diversas fontes. Sendo assim, a metodologia trabalharia a ideia de que os recursos tecnológicos eram essenciais e importantes no desenvolvimento de habilidades em todas as aulas.

O contato com as novas tecnologias ocasionou uma adaptação docente e discente, acerca de diversos programas, aplicativos, ferramentas que passaram a ser utilizadas na educação em tempos de pandemia. Por assim pensar, Vasques; Lima (2016, p. 34), nos dizem então que “[...] não se pode extirpar a tecnologia da escola [...]”. Em função disso, na atualidade, ainda se faz necessário a utilização de novas tecnologias que respondam aos desafios impostos no cenário educacional brasileiro, ocasionados pela pandemia do novo Coronavírus mesmo nesse retorno gradual às atividades educacionais presenciais como vem acontecendo nas redes de ensino desde meados de 2021.

3.1 Metodologias desenvolvidas para auxiliar nas atividades propostas no ensino remoto

Diante do novo processo de aprendizado para não interromper e perder o vínculo com os estudantes as escolas tiveram que inovar, embora se tornasse mais um desafio dentro do processo ensino-aprendizagem. Essas transformações da nova realidade da rede de ensino pública e privada nos mais diversos níveis de aprendizado motivaram e tiveram diversas consequências, e impactos na educação brasileira principalmente na forma de trabalho dos educadores, de serem “forçados” a aprenderem o uso/manuseio de novas ferramentas tecnológicas e adoção de diferentes estratégias de ensino e inclusão. De acordo com França Filho, Antunes e Couto (2020, p. 23)

a crise da pandemia de covid-19 se torna uma janela de oportunidades para uso da tecnologia na educação neste âmbito de parceria público-privada, considerando maleabilidade do Sistema Nacional de Educação aos interesses e ações desses novos sujeitos da educação pública brasileira.

Nesse cenário, foi observado um crescimento significativo da demanda por alternativas que pudessem substituir as atividades presenciais. Neste sentido, é necessário que os docentes em suas práticas pedagógicas tenham um olhar mais sensível sobre as suas atividades, as aulas remotas apresentaram-se como uma alternativa para diminuir os impactos e manter o processo ensino aprendizagem. Apesar disso, concretizar essa modalidade de aula requer uma série de iniciativas, especialmente por parte do docente, que se viu diante da necessidade de se adaptar ao uso de ferramentas virtuais e aulas à distância (VIEIRA & RICCI, 2020).

Grandes desafios surgiram com o advento da ministração das aulas remotas, que apesar de ocorrerem por aparelhos digitais como os *smartphones* por exemplo, que são comuns a muitos alunos, isso não bastou para motivá-los a participarem das aulas, então a motivação tem sido um grande desafio. Outro desafio que surgiu foi conseguir que pais e responsáveis se integrassem como parte do processo ensino aprendizagem de seus filhos, já que muitos motivos impossibilitavam essa participação, dentre eles a pouca ou nenhuma escolarização dos pais, como já dito antes, também o pouco conhecimento para manuseio de aplicativos em celulares e *smartphones*, o chamado analfabetismo digital, sem esquecer que nem todos os pais de família puderam realmente permanecer em isolamento social e assim acompanhar os estudos dos filhos, função que anterior à COVID 19 era desempenhada pelos professores, em razão disso e de outros fatores, nem todas as famílias puderam acompanhar o processo, mas algumas mesmo muito ocupadas passaram a vivenciar o momento de interação e integração, durante a pandemia, visto que este mesmo ensino estava ocorrendo em casa através da educação *online*.

Essa modalidade de educação- *online* - vem sendo aprimorada há muito tempo por meio de pesquisas, proposições de modelos, perspectivas e teorias que possibilitem a construção de um *design* de curso eficiente, satisfatório e que atenda às necessidades de aprendizagem dos alunos (HODGES et al., 2020).

Evidencia-se que esse modelo, usando apenas a presença de recursos tecnológicos nas salas de aula, não satisfaz as necessidades de aprendizagem para a educação infantil e ensino fundamental, principalmente para a faixa etária entre os 6 até os 14 anos, já que, o processo ensino-aprendizagem se dá na prática relacionada com a maneira como esses recursos são utilizados, pois: a tecnologia deve servir para enriquecer o ambiente educacional, propiciando a construção do conhecimento. A adoção dessas práticas no ensino regular presencial promove uma comunicação mais ágil e dinâmica, nessa modalidade presencial é potencialmente capaz de incentivar a cooperação, elevar a motivação e estimular o comprometimento entre os alunos; o que não aconteceu no ensino remoto.

De fato, a pandemia fez com que profissionais aprendessem a ministrar suas aulas de forma diferente das que eram realizadas presencialmente. Os educadores tiveram que se reinventar para conseguir dar aula à distância através do ensino remoto e os alunos a vivenciarem novas formas de aprender, sem o contato presencial e caloroso da figura do professor.

Os professores tiveram que despertar a curiosidade dos alunos de forma didática, estimulando a empatia, ressignificando as suas ações pedagógicas no contexto das aulas

remotas tentando proporcionar momentos produtivos e dar continuidade ao processo educativo.

Toda a educação teve que se reorganizar além de reorientar as diretrizes voltadas para qualificar, repentinamente, o corpo docente; as famílias que tiveram condição precisaram viabilizar o acesso dos alunos a recursos tecnológicos com suporte de internet; em algumas escolas alguns profissionais se empenharam em distribuir atividades impressas para alunos sem recurso tecnológico; porém faltou dar suporte psicológico aos estudantes em virtude da sobrecarga emocional exigida pelo distanciamento social; não foi possível priorizar os discentes com alguma deficiência ou necessidade educacional específica, pois fazem parte de uma clientela que necessita de cuidados e acompanhamento próximo por parte dos profissionais da educação inclusiva. (SAIDIA et al, 2021).

Dessa maneira, a família tem conhecido mais de perto o trabalho do educador e as dificuldades do ensino. Com isso, houve uma aproximação, mesmo que forçada, entre pais e professores, a qual pode dar início a uma cultura de diálogo e parceria contínua.

No que tange à continuidade das aulas na modalidade online, os professores precisam abordar elementos ligados ao cotidiano dos alunos, discutindo inclusive a situação de pandemia vivida, de maneira a explorar a dimensão educativa, pedagógica e científica, assim como instigar motivações que os mobilizem a aprender em caráter colaborativo (família-aluno; professor-aluno e aluno-aluno). Na perspectiva em questão, o aluno precisa assumir um papel ativo, proativo e protagonista em relação às aulas, haja vista que, assim, esse poderá realizá-las de modo mais autônomo, quanto ao seu processo de aprendizagem (OLIVEIRA; CORRÊA; MORÉS, 2020).

3.2 O ensino remoto suas principais características e ferramentas digitais

Conforme a Resolução CNE/CP N° 2, de 10 de dezembro de 2020, Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei n° 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020.

Art. 1° A presente Resolução tem por objeto a definição de Diretrizes Nacionais orientadoras dos sistemas de ensino para a implementação do disposto na Lei n° 14.040/2020 pelas instituições e redes escolares de Educação Básica e Instituições de Educação Superior, públicas, privadas, comunitárias e confessionais.

Parágrafo único. As Diretrizes têm como referências a Lei n° 14.040, de 18 de agosto de 2020; o Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020; os arts. 206 e 209 da Constituição Federal; o art. 4°-A e os arts. 12 a 14 da Lei n° 9.394, de 20 de

dezembro de 1996 (LDB) e os Pareceres CNE/CP nº 5/2020, CNE/CP nº 9/2020 e CNE/CP nº 11/2020.

Embora o Conselho Nacional de Educação (CNE) tenha autorizado as diretrizes que garantam e permeiam aos estudantes da educação regular o ensino remoto emergencial (ERE) ou presencial de acordo com as condições sanitárias através do uso das tecnologias de comunicação e informação, o ensino remoto tem características diferentes do ensino a distância (EAD). Segundo Leal (2020 p.42) o ensino remoto no contexto atual, é uma estratégia educacional tendo a tecnologia como aliada, como forma de garantir continuidade do ano letivo.

Atualmente o uso das ferramentas tecnológicas digitais são de fundamental importância para os professores dentro do processo educativo, pois favorecem e contribuem através do ensino remoto no ensino aprendizagem. De acordo com Andrade et al. (2020) são muitas as dificuldades e desafios que estes profissionais enfrentam, tanto pela complexidade na abordagem através do uso das tecnologias, quanto pela falta de formação inicial e continuada adequada, de todos os modos a formação tecnológica dos mesmos é insuficiente para a prática exigida em sala de aula no panorama pandêmico. É importante refletirmos sobre esse novo momento, no cenário atual, as práticas pedagógicas de ensino estão diretamente ligadas as aulas remotas no ensino regular no contexto da pandemia. Conforme Motim et al. (2020, p. 248) o ensino remoto

é baseado na transmissão em tempo real das aulas. A proposta é que professor e estudantes de uma turma tenham interações nos mesmos horários em que as aulas da disciplina ocorriam no modelo presencial. Com esta dinâmica é possível ser mantida a rotina de sala de aula em um ambiente virtual acessado por cada um, em diferentes localidades. Para as aulas remotas, se faz necessário o uso de plataformas digitais para esse encontro por “telas”.

Para que isso aconteça é necessário um relacionamento cotidiano entre professor-aluno. O docente deve utilizar as ferramentas para visualizar melhor as dificuldades dos estudantes, estimular o interesse, diminuindo a evasão, pelo fato da atração natural que a tecnologia exerce sobre os adolescentes, proporcionar uma melhoria na qualidade do ensino, facilitar o compartilhamento de informações, tornar o processo de ensino aprendizagem mais dinâmico.

Conforme Souza (2020), a mudança do ensino presencial para o ensino remoto aflorou problemas frequentes na educação brasileira, como o ensino instrucionista e conteudista, e enfatiza também que existe um consenso entre pesquisadores e especialistas de que o ensino remoto não supriu todas as necessidades do ensino presencial nem resolverá bruscamente

todos os problemas da nossa educação, mas, minimamente, contribuiu para atenuar os danos provocados pela interrupção das aulas.

As principais ferramentas digitais que podem auxiliar os professores no ensino remoto hoje são: *google classroom*, que tem como proposta de ensino sala de aula virtual e interativa, as atividades podem ser de forma síncrona e assíncrona, ou seja, em tempo real, ou quando a interação ocorre em tempo não definido; *google meet* é um recurso da plataforma *google*, *software* utilizado para os momentos síncronos, é aberto e gratuito; a ferramenta *moodle*, é uma plataforma, uma sala de aula virtual que o aluno utiliza para apoio as atividades de ensino. Vale ressaltar que essas ferramentas, que não são novas, contribuem no auxílio e desenvolvimento das atividades didático pedagógicas do processo ensino aprendizagem.

3.3 Políticas educacionais e o não acesso as tecnologias digitais

Segundo Oliveira (2010) “entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar.” As políticas educacionais devem se configurar com o propósito de oferecer e assegurar o direito à educação, bem como reduzir as desigualdades imposta nela.

A COVID-19 trouxe novas adaptações culturais que não eram vistas antes, alunos, professores e instituições tiveram que se adaptar as novas tecnologias. O fechamento das escolas em decorrência da pandemia apresentou uma série de consequências para a educação brasileira, sendo que problemas que já existiam, vieram aflorar mais ainda, diante de um momento tão atípico. Sobre as políticas educacionais no cenário educacional imposto pela pandemia do coronavírus, Arruda (2020) relata:

O Brasil apresenta-se propostas difusas, que refletem a falta de liderança do Ministério da Educação, que indicou a possibilidade de se utilizar a modalidade a distância no ensino superior, por meio da portaria n. 343 de 2020, posteriormente apresentou a medida provisória n. 934 que retirou a obrigatoriedade de cumprimento de 200 dias letivos, mantendo a carga horária mínima nos diferentes níveis educacionais. A tomada de decisões a respeito do modelo de funcionamento da educação básica ficou sob os cuidados dos estados que têm apresentado iniciativas que se direcionam à substituição da educação presencial pelas aulas remotas ou adoção da modalidade a distância na educação básica (ARRUDA, 2020, p. 261-262).

Em meio ao momento atual, evidencia-se o desafio de instituições de ensino, em “[...] não somente [...] incorporar as tecnologias em suas tarefas administrativas, mas incorporá-las educacionalmente, para que sejam inseridas como [...] ferramentas pedagógicas na educação” (SANTINELLO, 2013, p. 33). Nesse sentido, as tecnologias nunca foram tão utilizadas e por

um número maior de pessoas quanto nos dias de hoje, com isso tornando-as mais úteis a serviço da educação.

Diante desse contexto educacional, surgiram diversas possibilidades para que as aulas não fossem comprometidas devido o distanciamento social. Entre as várias ferramentas tecnológicas utilizadas nesse processo de aprendizagem, cabe citar um aplicativo muito utilizado, o *Whatsapp*, empregado nas ações de chamadas individuais e compartilhadas de vídeo e voz, bem como na interação entre os grupos virtuais criados, constituindo espaços de troca de informações educacionais entre grupos de professores, de gestores, de pais e/ou responsáveis.

Nas aulas remotas é necessário que os professores utilizem ferramentas indispensáveis para estimular os alunos e tornar mais dinâmico o processo de ensino, uma vez que o distanciamento impõe barreiras espaciais que implicam em desinteresse, ansiedade e frustração (SCHIMIGUEL, FERNANDES & OKANO, 2020).

Embora as ferramentas tecnológicas estejam de forma eficiente ao alcance de muitos alunos permitindo em seu uso um novo rumo para a aprendizagem, percebe-se que ainda falta infraestrutura em boa parte da estrutura educacional brasileira, nas escolas públicas e privadas, bem como nas residências.

Conforme Zajak (2020) e de acordo com a Carta Magna brasileira, educar é garantir aos jovens o seu pleno desenvolvimento, a partir de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Art. nº 206)”, entretanto, percebe-se, no atual momento, que tal proposição não está sendo garantida, em suma, pois não há igualdade de condições de acesso à educação entre os estudantes brasileiros, sobretudo, quando se compara alunos de escolas públicas e privadas. O autor, explica esse fato ao declarar que:

A qualidade da educação, além de depender dos insumos e da valorização de seus profissionais, depende muito de fatores socioeconômicos. Vivemos em um país onde 31,1 milhões de brasileiros (16% da população) não têm acesso a água fornecida por meio da rede geral de abastecimento; 74,2 milhões (37% da população) vivem em áreas sem coleta de esgoto; outros 5,8 milhões não têm banheiro em casa; 11,6 milhões (5,6% da população) vivem em imóveis com mais de 3 moradores por dormitório e 3,5 milhões de pessoas vivem com até R\$ 145,00 por mês. Falar em qualidade da educação sem olhar para esses dados é quase desumano. (ZAJAK, 2020, p.46).

A importância da utilização dos recursos postos à disposição pela tecnologia em favor dos alunos é indispensável nos dias de hoje, porque pode identificar as falhas no aprendizado e atenuá-las, desenvolvendo meios que superam os problemas que afetam a aprendizagem. As tecnologias podem auxiliar como ferramenta de apoio, assim os alunos se sentirão estimulados a buscar e socializar com esses recursos de forma a melhorar seu desempenho

escolar através de pesquisas, jogos e atividades monitoradas.

Nessa realidade a preocupação é que a situação da educação no ensino remoto tem se tornado mais deficitária visto que: “Apenas 42% das casas brasileiras tem computador; 85% dos usuários de internet das classes D e E acessam à rede exclusivamente pelo celular e somente 13% se conectam tanto pelo aparelho móvel quanto pelo computador”. (ZAJAK, 2020, p. 46).

Nesse sentido, o professor é fundamental no processo de aprendizagem, no qual a principal função deste é ser um criador de ambientes de aprendizagem e de valorização do educando; a inovação não está restrita ao uso da tecnologia, mas sim na maneira como o professor vai usar os recursos, criar projetos metodológicos que levam a produção do conhecimento, também deve haver diálogo, compreensão, respeito mútuo, a afetividade, interação e então conseqüentemente a tão esperada aprendizagem. Na educação remota as necessidades do aluno quanto a afeto em relação ao professor e aos colegas não teve como ser realmente atendida diferentemente do ensino presencial quando as interações podem ser feitas e o aluno pode sentir prazer em ir à escola e aprender,

Tenente (2020) reconhece que “a estratégia adotada escancara a desigualdade e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e professores de colégios públicos: acesso limitado à internet, falta de computadores e de espaço em casa, problemas sociais, sobrecarga de trabalho docente e baixa escolaridade dos familiares”.

A sociedade está em transformação permanente e junto a ela, a escola tenta modernizar-se para acompanhar o mundo da tecnologia e da globalização, enfrentando novos desafios. Assim, é inegável a necessidade de participação e atualização de novas teorias facilitando a construção e transformação do saber científico.

De forma emergencial, com pouco tempo de planejamento e discussão o que levaria meses em situação normal, professores e gestores escolares da Educação, pública ou privada, tiveram que adaptar “*in real time*”, isto é, em tempo real, o currículo, as atividades, os conteúdos e as aulas como um todo, as quais foram projetadas para uma experiência pessoal e presencial mesmo que semipresencial, e transformá-las em um Ensino Remoto Emergencial totalmente experimental. Fazendo um recorte desse processo, pode-se afirmar que nunca a educação foi tão inovadora. Foi a transformação digital mais rápida que se tem notícia num setor inteiro e ao mesmo tempo (TOMAZINHO, 2020).

Estudos posteriores poderão avaliar as conseqüências de todas essas mudanças no rendimento escolar dos alunos que viveram tal experiência.

4 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID 19: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS TECNOLOGIAS

Historicamente, a educação busca por metodologias que a auxiliem e facilitem a construção da aprendizagem no processo de ensino. De modo que a obtenção de novas ferramentas e recursos propiciem, ao professor e ao aluno, formas de interação para que o processo da construção do ensino aprendizagem seja feito de maneira eficiente, isto é, que seja capaz de oferecer aos estudantes subsídios para que sejam desenvolvidos em todas as suas potencialidades.

Nesse sentido as práticas pedagógicas nesse novo contexto educacional brasileiro tiveram que ser alinhadas ao processo de comunicação, ou seja, à internet e às suas ferramentas que deveriam facilitar a construção do conhecimento, um ambiente interativo, favorável ao processo de ensino aprendizagem. Logo, esperava-se que para esse aluno que é um nativo digital, ter o apoio dos professores para a inserção das novas tecnologias como ferramentas educacionais, ao lado das práticas pedagógicas fosse fundamental para que ele pudesse construir conhecimentos novos através dessas tecnologias.

Dentre os desafios trazidos pelo “ensino remoto”, os professores relataram que em meados do mês de abril tinham dificuldades com a baixa conectividade ou ausência dela, falta de equipamentos, dificuldade para utilização das ferramentas digitais, tendo ainda que dedicar tempo às atividades domésticas e ao apoio aos filhos nas tarefas escolares. As pesquisas também relatam que os familiares dos estudantes sentem as mesmas dificuldades no que diz respeito ao uso das tecnologias, acrescidas da dificuldade em estabelecer uma rotina para a execução das atividades e também no tocante à motivação, dificultando a aprendizagem. Podemos observar que ao mesmo tempo que a pandemia trouxe o estreitamento de laços entre a família e a escola, também intensificou e demonstrou as desigualdades existentes na sociedade brasileira. (UNDIME/CONSED,2020).

Se as práticas pedagógicas e o seu processo de inovação nesse novo formato, de aula não presencial, exerceram influência na relação professor-aluno, já que ao utilizar sozinho as informações encontradas no mundo da comunicação, ou seja, na internet o aluno tornou-se autodidata, e isso será capaz de gerar mudança de comportamento perante a escola, somente pesquisas posteriores poderão constatar se de fato essa influência aconteceu. Segundo Imbérnom (2010, p. 36):

Para que o uso das TIC signifique uma transformação educativa que se transforme em melhora, muitas coisas terão que mudar. Muitas estão nas mãos dos próprios professores, que terão que redesenhar seu papel e sua responsabilidade na escola atual. Mas outras tantas escapam de seu controle e se inscrevem na esfera da direção da escola, da administração e da própria sociedade.

A escola em sua premissa preza pela formação plena do indivíduo e essa formação precisa estar ligada com o contexto social e em relação ao meio em que o sujeito vive e convive. Sendo assim, apropriar-se de meios que contribuem com o processo de ensino aprendizagem dentro do contexto sócio educacional é fundamental para que a escola ofereça abertura as novas condições, repensar e integrar a prática pedagógica de forma eficiente, Saccol et al (2011) dizem que:

[...] se adotarmos uma concepção epistemológica de que o conhecimento é fruto de construção do indivíduo feita em colaboração com professores e colegas, devemos selecionar tecnologias que permitam interação intensiva entre as pessoas, por exemplo, por meio de ambientes virtuais que disponibilizem fóruns, chats, espaços para compartilhamento de projetos, arquivos de interesse comum. (SACCOL et al., 2011, p.31).

Nessa perspectiva, quando a escola está comprometida com os desafios que se impõe hoje, principalmente no cenário que a COVID-19 produziu, é dever da mesma apropriar-se das tecnologias, adequá-las e fazer uma “reeducação tecnológica”, para que essas ferramentas sejam usadas de forma coerente com o contexto em que o aluno, está vivendo, pois ao conceber tais formas de integração, a escola faz com que fortaleça o seu processo de ensino aprendizagem oportunizando à sociedade escolar conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, e desenvolve ainda competências e habilidades no âmbito de novas práticas pedagógicas.

Leal (2020) aponta que, diante da nova realidade imposta pela situação de pandemia, as limitações que existem no processo de ensino e aprendizagem tornaram-se mais evidentes, isso porque o momento acentuou ainda mais como a desigualdade social tem implicações negativas na aprendizagem de alunos em situação de vulnerabilidade econômica.

O processo educativo envolve toda a sociedade é um direito garantido pelos cidadãos, conforme diz no Art. 205 da Constituição Federal (1988).

Para Faustino e Silva (2020), a implementação do ensino remoto não é algo simples. A ruptura dos processos presenciais para os virtuais de ensino e aprendizagem requer maior exploração de recursos tecnológicos até então pouco utilizados no ambiente escolar. Esta forma de ensino requer nova metodologia, na qual a abordagem do conteúdo precisa ser feita de uma forma diferenciada, tendo em vista que mesmo para os estudantes com acesso aos meios tecnológicos, há limites para a apreensão dos conteúdos. Na sala de aula presencial há maior suporte e contato direto com o professor. Além disso, é necessário ressaltar que nem todos os conteúdos, dadas as suas especificidades, se adequam satisfatoriamente, ao ensino remoto.

Nesse cenário desafiador onde todos os atores do processo educacional estão direta e indiretamente envolvidos, alunos, professores, instituições, famílias, tiveram que se adaptar em meio a muitas dificuldades de uma forma “brusca, inesperada” as novas tecnologias, que embora essas mesmas já existissem, a pandemia precipitou transformações nas salas e nas metodologias de ensino. Nesse interim, compreende-se que o processo de uso das tecnologias desempenha importante papel no desdobramento das práticas pedagógicas dos professores, contudo para que isso aconteça faz-se necessário que sejam utilizadas e compreendidas pedagogicamente na evolução da aprendizagem dos alunos.

4.1 O ensino remoto e a realidade na prática de professores alfabetizadores

Em artigo publicado por Loureiro (2022), consta que o autor realizou uma espécie de entrevista por meio de questionário *online* que foi respondido por professores alfabetizadores de uma escola pública em Macapá-AP, no qual indagou sobre o ensino remoto e suas particularidades, visando descortinar implicações da adoção dessa modalidade de ensino durante os anos do auge da pandemia por COVID-19 em 2020 e 2021.

Sobre a formação dos professores Loureiro afirma:

Além das pesquisas em educação a distância relacionadas à existência de tecnologia, as pesquisas da COVID-19 na área de educação também têm se voltado para a preparação de professores para o ensino a distância. Em vários locais iniciativas de formação emergencial surgem a todo momento. Revistas publicam dossiês temáticos, e em sua grande maioria concluem *que grande parte dos professores não tiveram experiência anterior de ensino online, tendo participado de no máximo uma disciplina na graduação ou cursos genéricos de formação continuada na área de informática educativa.* (LOUREIRO, 2022, p. 5, grifo nosso).

Entretanto para o período pandêmico foi essencial a utilização de tecnologias na prática educacional diária, mesmo que os docentes não estivessem habituados a usarem ferramentas como plataformas digitais e aplicativos educacionais como *google classroom*, *google meet*, ferramentas disponibilizadas por empresas no ciberespaço para ministração de aulas, videoconferências, e ainda aplicativos mensageiros como *Whatsapp* que foram aprimorados para auxiliar na comunicação.

Indagados por Loureiro (2022) os professores informaram que não tinham domínio dessas ferramentas e que a formação para uso das mesmas foi insuficiente, e ainda que grande parte preferiram o uso do mensageiro *Whatsapp* para a comunicação com estudantes, uma vez que tanto eles quanto alunos e seus responsáveis já eram acostumados a usá-lo e portanto

minimizaria o grande problema da comunicação. Ainda assim, nem todos os estudantes dispunham do mensageiro, de celulares e internet.

Em pleno século XXI, onde as gerações mais novas são consideradas nativos digitais, essa condição não se estende a todos de maneira uniforme, pois as diferenças sociais e econômicas impõe barreiras que foram escancaradas com o advento da pandemia onde a pobreza ganhou destaque e os alunos de classe mais pobre acabaram por serem excluídos do atendimento educacional imposto pelo ensino remoto. Estabelecendo a obrigação de que outras alternativas fossem criadas para atender essa clientela.

Na realidade dos professores entrevistados por Loureiro (2022) devido a essas diferenças de acesso a internet as orientações recebidas impediram que fossem lançadas faltas nos diários, mesmo que os alunos não dessem retorno das atividades encaminhadas. Evitando que os mesmos fossem reprovados. Até por que, mesmo as atividades que eram devolvidas mostravam que nem todas as famílias tinham ou tem nível de escolaridade suficiente para dar apoio necessário na realização das mesmas.

De modo geral o ensino remoto, segundo os professores que foram entrevistados por Loureiro (2022) afirmam que a alternativa encontrada – ensino remoto – não permitiu que alcançassem todos os alunos, trazendo, portanto um sentimento de frustração já que não trouxe um resultado realmente positivo no processo de ensino aprendizagem durante o auge da COVID-19.

Em tela do cenário pandêmico as alternativas serviram como meio para minimizar os prejuízos na assistência educacional, entretanto as condições adversas influenciaram no sentido de que os esforços empreendidos não puderam garantir qualidade satisfatória e nem atendimento generalizado a todos os estudantes, segundo as conclusões do autor citado nessa seção, a partir das respostas dos professores que descreveram suas dificuldades e temores, além disso, a própria formação dos docentes e as condições de trabalho no sistema público de ensino não proporcionam formação adequada à utilização das TIC's pelos docentes, tendo como agravante o fato de que as escolas não dispõem de ferramentas e equipamentos que sejam utilizados virtualmente no desenvolvimento das atividades escolares.

Acrescente-se à conclusão de Loureiro o fato de que a situação econômica das famílias dos estudantes das escolas públicas foi fator decisivo na dificuldade de comunicação encontrada pelos professores para que o ensino remoto deslanchasse com resultados um pouco mais satisfatórios. Enquanto na casa de muitos com acesso a internet havia um único celular para atender a mais de um colegial, em outras residências apesar de haver o aparelho

smartphone os alunos não dispunham de acesso contínuo à rede *web*, e em outras tantas moradias esse artigo de luxo (*smartphone*) nem mesmo existia.

O ensino remoto, como medida emergencial para manutenção das atividades escolares, não foi pensado levando em consideração a realidade socioeconômica das classes mais pobres, desassistidas em direitos básicos fundamentais à própria sobrevivência, em que muitas famílias dependem até mesmo da existência da merenda escolar para que crianças sejam alimentadas, e nessas famílias o acesso a aparelhos celulares chega a ser utópico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados, em meio ao cenário atual, buscou-se evidenciar nesse trabalho os desafios que as instituições de Ensino, os professores, alunos, pais, familiares, e a sociedade como um todo tiveram que superar mediante o processo que a pandemia trouxe em decorrência do novo coronavírus. Nesse sentido, as tecnologias nunca foram tão utilizadas e por um número maior de pessoas quanto nos dias de hoje, com isso tornando-as mais úteis a serviço da educação.

Nesse contexto a Covid-19 trouxe novas adaptações culturais que não eram vistas antes, alunos, professores e instituições tiveram que se adaptar as novas tecnologias. O fechamento das escolas em decorrência da pandemia, apresentou uma série de consequências para a educação brasileira. O ensino remoto emergencial é uma modalidade de ensino, escolhida para representar a situação temporária do processo de ensino-aprendizagem atual.

Portanto constata-se nesse cenário, um crescimento significativo da demanda por alternativas que possam substituir as atividades presenciais. Neste sentido, é necessário que os docentes em suas práticas pedagógicas adaptem suas metodologias de ensino, para melhor desempenho de suas atividades nas aulas remotas.

A pesquisa bibliográfica inicialmente nos permitiu entender e recolher informações ou conhecimentos prévios sobre a problemática em questão. A análise documental nos permitiu extrair informações elementares de órgãos públicos e privados. Nesse sentido, mediante o problema levantado entendeu-se, a importância das aulas remotas, compreendeu-se que o processo de uso das tecnologias desempenha importante papel no desdobramento das práticas pedagógicas dos professores, como uma alternativa para diminuir os impactos e manter o processo de ensino aprendizagem, contudo para que isso aconteça faz-se necessário que sejam utilizadas e entendidas pedagogicamente na evolução da aprendizagem dos alunos.

Diante de todo o exposto conclui-se que os desafios enfrentados no processo ensino aprendizagem na utilização das tecnologias para o ensino remoto no contexto da pandemia por COVID-19 foram especificamente a dificuldade de comunicação entre professor e aluno, pois por problemas econômicos e técnicos nem todos os alunos tinham acesso a aparelhos digitais e à internet; motivacionais e de assistência familiar ao desenvolvimento das atividades, pois a modalidade de ensino remoto desmotivou vários estudantes até mesmo a permanecerem ligados à escola, e quanto a assistência familiar de apoio às atividades nem todos os familiares dos estudantes tem nível de escolarização suficiente para atender às necessidades dos mesmos, inclusive alguns são analfabetos ou semialfabetizados.

Portanto, é de extrema importância que o poder público, os pais, os profissionais da educação e saúde discutam sobre como enfrentar esse atual cenário no qual atravessa a educação brasileira, que possam trazer novos elementos norteadores que contribuam para o processo ensino aprendizagem.

Nesse sentido, apreende-se que, diante da nova realidade imposta pela situação da pandemia da Covid-19, o processo educativo envolve toda a sociedade. Do ponto de vista pedagógico o ensino remoto exige a mobilização e a articulação de todas as condições materiais humana e tecnológicas essenciais para assegurar o avanço dos métodos educacionais dos estabelecimentos de ensino, contribuindo para que os prejuízos à aprendizagem pudessem ser minimizados, de modo a permitir que alunos e professores pudessem manter minimamente atendidas as atividades educacionais em meio ao caos espalhado pela Covid-19.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, F. A.; CHAVES, F. M.; BARGUIL, P. M. Docência: prática e práxis. Curitiba: Appris, 2019.

ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. Em Rede-Revista de Educação a Distância, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Brasília: MEC/SEF, 1997. v. 3.

BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Campanha Nacional Pelo Direito À Educação. 8 Motivos Para Não Substituir a Educação Presencial Pela Educação a Distância (EaD) Durante a Pandemia. (2020). Disponível em https://campanha.org.br/noticias/2020/03/26/8-motivos-kEmQYGOG5hEfEoIt1Mavy8368FHsqBqxBSa-idbsW_nsVs. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. Diário Oficial da União Publicado em: 11/12/2020 | Edição: 237 | Seção: 1 | Página: 52 Órgão: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-10-de-dezembro-de-2020_293526006. Acesso em: 31 dez de 2021.

CORDEIRO, K. M. de A. O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino. 2020.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

FARIAS, F. R.; DIAS, M. J. Os desafios entre o ensino presencial e o ensino a distância: uma questão de cultura digital e de formação do educador. EAD em Foco, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, abr./out.2010. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/> 9. Acesso em: 22 dez. 2021.

FAUSTINO, L. Silva e Silva; SILVA, Tulio F. R. Si e. Educadores frente à pandemia: dilemas e intervenções alternativas para coordenadores e docentes. Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 3, n. 7, 2020.

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SFF. Revista ACB, v. 21, n. 3, p. 550-563, dez. 2016. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1194>. Acesso em 31 mar. 2022.

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de; ANTUNES, Charlles da França; COUTO, Marcos Antonio Campos. Alguns apontamentos para uma crítica da EAD na educação brasileira em tempos de pandemia. Revista Tamoios, v. 16, n. 1, 2020.

FREIRE, P. Educação e Mudança.6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRACINO, Eliza R; SILVA, Rosiane M. da; VAZ Joana D Arc; LEAL Sandra do R. F.*
A pandemia e a educação na escola pública: a dualidade do ensino e a diferença das classes sociais. UNICAMP-Universidade Estadual De Campinas Sistema De Bibliotecas Campinas, São Paulo. 2021. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8665300/2765>. Acesso em 17 abr. 2022.

HODGES, C. et al. The difference between emergency remote teaching and online learning. *EDUCAUSE Review*. 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/t>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

HODGES, C.; TRUST, T.; MOORE, S.; BOND, A.; LOCKEE, B. Diferenças entre o aprendizado online e o ensino remoto de emergência. Traduzido por AGUIAR, D.; AMORIM, A. N.; CERQUEIRA, L. com a permissão dos autores. *Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia*, v. 2, 2020.

IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEAL, P. C. de S. A educação diante de um novo paradigma: ensino a distância (ead) veio para ficar. *Gestão & Tecnologia Faculdade Delta*, v. 1, n.30, p. 41-43, jan./jun. 2020.

LIMA, H. A. B.; NETO, I. B. M. Desafios encontrados pela docência no ensino remoto diante da pandemia: Uma revisão bibliográfica. *Neto Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.7.n.4. ISSN - 2675 – 3375. Abr. 2021.

LOUREIRO, I., & PAIXÃO, E. (2022). As implicações no processo educativo das crianças decorrentes da migração compulsória do ensino presencial para o ensino remoto em uma escola de Macapá/AP. *Revista Exitus*, 12(1), e022008, (2022). Disponível em: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2022v12n1ID1695>. Acesso em 13 abr. 2022.

MCINTOSHI, K; HIRSCH, M; BLOON, A. *Doença por Coronavírus 2019 (COVID-19)*. Trad. Programa de Voluntariado Acadêmico. Paraná: UFPR, 2020.

MORAN, J. M. et al. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

MOREIRA, D.J.S. et al. *A importância do Isolamento Social no Contexto da Pandemia de COVID-19*. LACLIM - Liga Acadêmica de Clínica Médica do Amapá, Roraima, 2020.

MOREIRA, J. A. M.; HENRIQUES, S.; BARROS, D. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. *Dialogia*, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr. 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.5585/Dialogia.N34.17123>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

MOTIN, M. F.; MORAES, G. C.; BASTOS, I. P.; BUSATO, R.; ALES, V. T. O ensino remoto de disciplinas do eixo da matemática em tempos de pandemia. In: PALÚ, J.;

SCHÜTZ, J. A.; MAYER, L. (Orgs.). Desafios da educação em tempos de pandemia. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p.247-260.

NETO, M. D. da Fonseca; PORDEUS, Augediva; M. J. Os desafios da Epidemia de Ebola. Rev. Bras. Promoção Saúde. Fortaleza, 27(3): 291-292 jul/set, 2014.

OLIVEIRA, A. F de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás: PUC Goiás, p. 93-99, 2010. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso 21 abr. 22.

OLIVEIRA, Maxwell F. de. METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração. UFG. Catalão. GO 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em 17 abr. 22.

OLIVEIRA, R. M.; CORRÊA, Y.; MORÉS, A. Ensino remoto emergencial em tempos de covid-19: formação docente e tecnologias digitais. Revista Internacional De Formação De Professores, Itapetininga, v.5, e020028,p.1-18,2020.Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br>. Acesso em: 23 dez. 2021.

PASINI, C.G.D., CARVALHO, E. e ALMEIDA, L. H. C. A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações. Observatório Sócio Econômico da COVID. UFMS.2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf> Acesso em 03 dez. 2021.

PERES, M. R. Novos desafios da gestão escolar e de sala de aula em tempos de pandemia. Revista Administração Educacional, Recife, v.11, n. 1, p. 20-31, jan./jun2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED/246089/36575>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

SACCOL A., SCHLEMMER E. e BARBOSA J. m-learning e u-learning – novas perspectivas da aprendizagem móvel e ubíqua. São Paulo: Pearson, 2011.

SAIDIA, R. Md. SHARIPB, A. A., RAHIMC, N. Z. A., ZULKIFLI, Z. A. & ZAIN, S. M. Md. (2021). Evaluating students' preferences of open and distance learning (ODL) tools. Procedia Computer Science, 179, 955–961.

SANTINELLO, Jamile. Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) aplicadas à formação do Gestor Escolar. Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2013.

SATIE, A. Qual a diferença entre epidemia e pandemia? São Paulo: CNN-Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/03/12/qual-a-diferenca-entre-epidemia-e-pandemia> Acesso em: 21 dez. 2021.

SCHIMIGUEL, J., FERNANDES, M. E. & OKANO, M. T. (2020). Investigando aulas remotas e ao vivo através de ferramentas colaborativas em período de quarentena e Covid-19: relato de experiência. Research, Society and Development, 9, (09).

SILVEIRA, Denise T.; CÓRDOVA, Fernanda P. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT Tatiana E.; SILVEIRA Denise T. (Org.). Métodos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, E. P. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, v. 17, p. 110-118, jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa>. Acesso em: 02 jan. 2022.

TENENTE, L. (2020). Sem Internet, Merenda e Lugar para Estudar: veja obstáculos ensino à distância na rede pública durante a pandemia de Covid-19. G1 Globo, 5 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/05/sem-internet-merenda-e-lugar-para-estudar-veja-obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-covid-19.ghtml>. Acesso em: 21 dez. 2021.

TOMAZINHO, P. Ensino Remoto Emergencial: a oportunidade da escola criar, experimentar, inovar e se reinventar. 2020. Disponível em: <https://www.sinepe-rs.org.br/noticias/ensino-remoto-emergencial-a-oportunidade-da-escola-criar-experimentar-inovar-e-se-reinventar>. Acesso em: 23 dez. 2021.

VASQUES, D. P; LIMA, Gabriel C. de. A utilização do Blog em uma perspectiva interdisciplinar de ensino. In: COSTA, Christine Sertã; MATTOS, Francisco (Orgs.). Tecnologia na sala de aula em relatos de professores. Curitiba: CRV, 2016, p. 31-45 (Série: Recursos Didáticos Multidisciplinares, v. 1).

VIEIRA, L. & RICCI, M. C. C. Educação em tempos de pandemia: soluções emergenciais pelo mundo. OMESC, Abril, 2020.

ZAJAK, D. (2020) Ensino Remoto na Educação Básica e COVID-19: um agravio ao Direito à Educação e outros impasses. EPUFABC, 15 maio 2020. Disponível em: <http://proec.ufabc.edu.br/epufabc/ensino-remoto-na-educacao-basica/>. Acesso em: 21 dez. 2021.

ANEXOS

Diário Oficial da União Publicado em: 18/03/2020 | Edição: 53 | Seção: 1 | Página: 39 Órgão: Ministério da Educação/Gabinete do Ministro PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 04 de jan. 2022.

1 de 1 100%

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 ISSN 1677-7042 Nº 53, quarta-feira, 18 de março de 2020

PORTARIA Nº 336, DE 16 DE MARÇO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, e a Portaria Normativa MEC nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 2/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201702051.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Bezerra de Araújo - Faba para a oferta de cursos superiores na modalidade de distância, mantida pelo Centro de Formação Profissional Bezerra de Araújo Ltda, ambos com sede à Rua Viúva Dantas, nº 501, Bairro Campo Grande, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro (CNPJ 42.123.885/0001-66).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e o art. 12 da Portaria Normativa MEC nº 11, de 20 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 337, DE 16 DE MARÇO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 6/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201814151.

Art. 2º Credenciar o Centro Universitário Aeso - Barros Melo - Uniaeso, por transformação da Faculdade Integrada Barros Melo - Fibam, mantido pela Aeso - Ensino Superior de Olinda Ltda, ambas com sede na Avenida Transamazônica, nº 405, Bairro Jardim Brasil II, no município de Olinda, no estado de Pernambuco (CNPJ 09.726.365/0001-72).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 341, DE 16 DE MARÇO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 3/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 201802014.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Pitágoras de Chapecó, a ser instalada na Estrada Municipal Celeste Caetano Carbonera, nº 250 E, Bairro Seminário, no município de Chapecó, no estado de Santa Catarina, mantida por Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda, com sede na Rua Santa Madalena Sofia, nº 25, bairro Vila Paris, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais (CNPJ 03.239.470/0001-09).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 342, DE 17 DE MARÇO DE 2020

Delega competência ao Secretário-Executivo para adoção de medidas previstas na Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; no art. 3º, parágrafo único, art. 5º, § 2º, e art. 6º A, § 1º, da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020, ambas do Ministério da Economia, sobre as medidas de proteção para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), resolve:

Art. 1º Fica delegada a competência ao Secretário-Executivo para, no âmbito das unidades que integram a estrutura do Ministério da Educação, durante o período estabelecido pela Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, mediante justificativa individualizada e vedada a subdelegação:

I - autorizar a realização de viagem internacional a serviço do Ministério da Educação;